

OS LABORATÓRIOS DE PSICOLOGIA NO INÍCIO DO SÉCULO XX: A PRODUÇÃO DE SINGULARES SELFS CIENTÍFICOS E DE TÉCNICAS DE SI

The Psychological Laboratories in the Beginning of the XX Century: The Production of Singular Scientific Selves and Technologies of the Self

ARTHUR ARRUDA LEAL FERREIRA¹, CÉSAR PESSOA PIMEN² Y
MARCUS VINÍCIUS DO AMARAL GAMA SANTOS³

Doi: <https://doi.org/10.17533/udea.rp-e345739>

Resumo

O artigo, que se define como trabalho de reflexão, busca discutir o vínculo entre história da subjetividade e história da objetividade, principalmente no que diz respeito aos primeiros laboratórios de psicologia. Entendendo que explorar tal vínculo requer abordagens simétricas na produção do conhecimento, que não supõem corte entre projetos científicos bem sucedidos e malogrados, nos valeremos de referências provenientes dos estudos Ciência-Tecnologia-Sociedade, da epistemologia política (Despret e Stengers), da genealogia da ética (Foucault) e da história da objetividade (Daston e Galison). Partindo de tais referências, abordaremos três grandes tópicos: a) as *práticas* operadas nos primeiros laboratórios

de psicologia; b) a *objetividade* propiciada por tais práticas; c) as *transformações subjetivas* pelas quais os psicólogos experimentais deveriam passar visando obter resultados científicos. Na conclusão, avaliamos se é possível dizer que, no treinamento introspectivo, as técnicas de si operam como uma marca distintiva da constituição de um *self* científico e como um conceito chave para um estudo histórico destes laboratórios psicológicos.

Palavras-chave: humanidades científicas, objetividade epistêmica, objetividade política, história do corpo, tecnologias do self, introspecção.

Recibido: 28-03-2021 / Aceptado: 15-09-2021

Para citar este artículo en APA: Leal-Ferreira, Arthur, Pessoa-Pimentel, César & Gama-Santos, Marcus. Os laboratórios de Psicologia no início do século xx: A produção de singulares selfs científicos e de técnicas de si. *Revista de Psicología Universidad de Antioquia*, 13(2), e345739. doi: <https://doi.org/10.17533/udea.rp-e345739>

¹ Arthur Arruda Leal Ferreira, Doutor em Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, Brasil). Correo: arleal1965@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0002-2059-8877>

² César Pessoa Pimentel, Estudante de Pós-Doutorado em Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, Brasil).

³ Marcus Vinícius do Amaral Gama Santos, Mes-trando bolsista CAPES em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS), Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, Brasil).



Abstract

This paper, defined as a work of reflection, aims at discussing the relationship between the history of subjectivity and the history of objectivity, mainly in what concerns the first psychological laboratories. Understanding that to explore this relationship requires symmetrical approaches to the production of knowledge, that do not assume any division between successful and unsuccessful scientific projects, we will use references from Science-Technology-Society studies, historical epistemology (Despret and Stengers), genealogy of ethics (Foucault) and the history of objectivity (Daston and Galison). With those references, we will then approach three main topics: a) which *practices* took place in

the first psychological laboratories; b) the *objectivity* produced by such practices; c) the *subjective transformations* by which the experimental psychologists must go through to obtain scientific results. In the conclusion, we consider if it is possible to say that, in the introspective training, the technologies of the self constitute a distinctive mark of the constitution of a scientific self and a key-concept for a historical study of those laboratories.

Keywords: scientific humanities, technology, epistemic objectivity, political objectivity, history of the body, technologies of the self, introspection.

Introdução

O que a história da subjetividade poderia ter em conexão com a história da objetividade, e, em especial, com a história dos laboratórios? Numa expectativa inicial, a história dos laboratórios e dos critérios de objetividade está vinculada a uma conta da história segmentada em relação às demais: um modo de funcionamento marcado por processos de evolução e purificação, além de um fio narrativo que só cruza por acidente com outras tramas, como as histórias das formas de subjetividade e sociabilidade. Na história da Psicologia, esse processo segue a mesma marcação, principalmente segundo as narrativas mais tradicionais. Entende-se que os laboratórios cumpriram um papel fundamental para o estabelecimento do campo científico tal como o conhecemos atualmente.

Talvez a narrativa mais clara nesse ponto seja a desenvolvida por Boring (1929) e posteriormente reproduzida por vários outros. Segundo tal narrativa, foi a introdução da prática experimental no campo dos problemas psicológicos - campo anteriormente dominado principalmente por filósofos - que possibilitou o surgimento de uma psicologia científica. Nesse processo, os laboratórios teriam sido extremamente importantes. Em primeiro lugar,

foi nos laboratórios de fisiologia do século XIX que desenvolveu-se, pela primeira vez, um programa de pesquisa experimental que tinha por objeto as sensações; e foi justamente tal programa, com seus respectivos métodos (como o da introspecção experimental), que serviu de modelo para os primeiros laboratórios de psicologia. Os laboratórios de psicologia na sua proposição entre o final do século XIX e início do século XX vão estudar a composição das nossas experiências conscientes por meio dos instrumentos, métodos e conceitos da fisiologia sensorial do século XIX. Em segundo lugar, a criação dos primeiros laboratórios de psicologia no final do século XIX é celebrada por tais narrativas como representando o início de uma psicologia científica, na medida em que tais laboratórios trariam consigo - por meio dos métodos da fisiologia experimental - um tratamento *objetivo* dos processos psicológicos.

Por mais que tais narrativas da história da psicologia atribuam importância aos laboratórios, ao menos dois pontos permanecem intocados ou pouco trabalhados acerca dos mesmos. Primeiramente, o que especificamente se fazia em tais laboratórios, qual era o funcionamento efetivo de tais ambientes, quais práticas eram operadas em seu interior? Em segundo lugar, qual precisamente era a *objetividade* propiciada por tais práticas, quais características deveriam constituir o *self científico* dos experimentadores e observadores que tomavam parte nos experimentos laboratoriais e por quais transformações subjetivas estes deveriam passar a fim de obter resultados científicos?

Para investigar o primeiro ponto e tentar encaminhar o primeiro conjunto de questões, recorreremos aos estudos de laboratório desenvolvidos por autores do campo Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), principalmente os concernentes à Teoria Ator-Rede (TAR) de Bruno Latour e à Epistemologia Política (EP) de Isabelle Stengers e Vinciane Despret. Tais estudos, com as ferramentas conceituais que proporcionam, nos possibilitarão abordar os laboratórios como entidades concretas, constituídas por relações entre humanos e não-humanos e levando em consideração os efeitos políticos de tais relações na produção de conhecimento científico.

Para investigar o segundo ponto e tentar encaminhar o segundo conjunto de questões, recorreremos à abordagem da história da objetividade desenvolvida pelos historiadores da ciência Lorraine Daston e Peter Galison

e à genealogia da ética proposta por Michel Foucault. Estas abordagens, cada uma a seu modo, nos possibilitarão indagar acerca das relações intrínsecas entre *objetividade* e *subjetividade*, dando destaque especial ao modo como as modalidades de objetividade dependem de certas modalidades de subjetividade correspondentes.

Munidos com essa caixa de ferramentas conceituais, adentraremos, então, um dos principais laboratórios de psicologia experimental dos Estados Unidos no início do século xx: o laboratório da Universidade de Cornell, coordenado pelo psicólogo inglês Edward Bradford Titchener. Buscaremos, com isso, caracterizar as práticas realizadas em tal laboratório, atentando principalmente para aquelas ligadas ao método da *introspecção experimental*, entendida pelo autor como o único método capaz de produzir resultados confiáveis para a ciência psicológica.

Por fim, concluiremos com uma discussão acerca da importância dessa linha de pesquisa para os chamados estudos de subjetividade ou estudos dos modos de produção de subjetividade, considerando as técnicas de si envolvidas na constituição de diversos *selves* científicos.

O estudo dos laboratórios de psicologia em perspectiva: Epistemologia Política (EP) e Teoria Ator-Rede (TAR)⁴

Alguns trabalhos que tentam fazer um balanço histórico da constituição do campo de Estudos em Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) destacam os estudos de laboratório como um dos constitutivos de tal campo (Lynch, 1993, Law, 2004 & Latour, 2005). Especialmente os trabalhos de Knorr-Cetina (1981) e de Latour e Woolgar (1979), hoje considerados clássicos no campo, foram demarcadores dos atuais Estudos CTS, junto ao posicionamento da *Escola de Edimburgo* que atuou em prol de um *Programa Forte em Sociologia da Ciência* (Bloor, 1976). Podemos dizer que a marca principal desses trabalhos e que atualmente delimita o campo CTS é o *princípio de simetria*, em que os princípios explicativos com que são estudadas as ciências reconhecidas e as entendidas como duvidosas ou supostamente ultrapassadas são os mesmos,

⁴ Uma parte desta argumentação pode ser encontrada em Ferreira, A. & Castro, F. (2016).

sem qualquer privilégio para o primeiro grupo ou qualquer entidade explicativa especial, como racionalidade científica, evidência, revolução ou ciência normal.

O trabalho de Latour e Woolgar (1979), um estudo etnográfico sobre as práticas laboratoriais, destaca-se por propor uma série de temas de análise como: as modalidades enunciativas de formulações científicas, os modos de inscrição das provas empíricas e a produção do mundo a partir das operações realizadas nos laboratórios. Um acesso mais didático a muitas das conclusões deste livro pode ser encontrado em textos como *Science in Action* de Latour (1987) ou em *After Method* de Law (2004). Estes trabalhos destacam o aspecto controverso, incerto e oscilante da ciência em sua “processualidade”, antes de qualquer estabilização dos enunciados e de seus esforços de sustentação (processo chamado de fechamento da caixa-preta). Outro aspecto importante é a multiplicação do número de atores neste processo: a comunidade científica, a representação pública, os interesses dos aliados (indústria farmacêutica, exército ou grupos de fomento à pesquisa), os modos de mobilização de mundo (ou modos de inscrição) e uma série de agentes não-humanos (Latour, 1999).

Contudo, em relação à história da Psicologia, como podemos destacar trabalhos que tentam mapear os estudos de laboratório em psicologia? Aqui a fonte básica serão os estudos da chamada Epistemologia Política (EP), contemplando trabalhos como os de Stengers (1989, 1992) e Despret (1999, 2004 e 2011)⁵. Para estas, o conhecimento científico seria produzido como articulação e co-afetação entre entidades, na produção inesperada de efeitos. Enquanto articulação, o conhecimento científico não se distingue mais entre má e boa representação, mas entre má e boa articulação. No primeiro caso, temos uma situação em que a articulação é extorquida ou condicionada a uma resposta pontual, conduzindo os seres pesquisados a um lugar de *docilidade*. No segundo, teríamos uma articulação na qual o testemunho iria além da mera resposta, abrindo-se ao risco de invalidação das questões e proposições do pesquisador e a colocação de novas questões pelos entes pesquisados. Aqui teríamos uma relação de *recalcitrância*.

⁵ Em *How to talk about the body?*, Latour (2004) enumera 10 pressupostos da EP que demarcam as posições quanto ao conhecimento destas autoras que as aproxima da TAR.

Tais pressupostos instruem a maneira como essas autoras trabalham os estudos de laboratórios em psicologia. Esses termos de análise estão presentes, por exemplo, em uma série de avaliações que Stengers faz das práticas psicanalíticas, como um misto de recalcitrância e extorsão. Nesse sentido, a psicanálise pôde inventar um dispositivo de livre discurso para os sujeitos, distinto do psiquiátrico (Stengers, 1989), e mesmo criar uma espécie de laboratório na produção controlada de transferência (Stengers, 1992). Em outros momentos, no entanto, ela faria o movimento contrário: impermeabilizando-se ao risco, tanto na busca de uma fundamentação transcendental em torno do conceito de inconsciente (Stengers, 1989), quanto na expulsão para além de suas fronteiras do problema da influência (Stengers, 1992). Para a autora, a psicanálise somente voltaria a se submeter ao risco e a recalcitrância na reconsideração daquilo que ela expulsou na demarcação de suas fronteiras científicas: a hipnose e a influência (Stengers, 1992).

Despret, por sua vez, faz uma análise mais apurada das práticas políticas envolvidas no que denominamos de laboratórios psicológicos (1999, 2004 e 2011). Nos estudos sobre as versões laboratoriais dos estudos sobre emoções (Despret, 1999) e, principalmente, nos estudos sobre o caso do cavalo Hans (Despret, 2004), essa autora nos oferece alternativas para reinterpretar o sentido político das práticas laboratoriais em psicologia. Nesse último trabalho, ela analisa a entrada de um personagem novo em relação aos dispositivos introspectivo-experimentais (baseados no treinamento dos sujeitos-observadores) presentes nos laboratórios de psicologia na virada para o século XX: o sujeito ingênuo. Esse personagem, que ao longo do século XX será considerado a garantia do método experimental, entra em cena diante da necessidade de introduzir nos laboratórios de psicologia um colaborador que desconheça o que está sendo proposto como tema de estudo. Na primeira década do mesmo século, Despret estuda minuciosamente como o psicólogo austríaco Oskar Pfungst, introduz este personagem, visando controlar qualquer influência que um agente humano conhecedor da resposta aos problemas propostos pudesse ter nas reações do cavalo Hans, por simples pistas indiretas ou expressões emocionais.

A ascensão desse dispositivo parece, a princípio, o trunfo de uma psicologia mais objetiva e sem qualquer influência prévia do pesquisador ou de um

referencial teórico sobre as reações autênticas de seus testemunhos. Despret (2004) estabelece que a possibilidade da recalitrância nos testemunhos psicológicos, já bastante rara, torna-se ainda mais difícil ao lado dos dispositivos que trabalham com participantes convocados na posição de “ingênuos”.

Aqui teríamos uma reversão com relação à maior parte dos manuais de história da Psicologia, como o de Boring (1929): a passagem do sujeito *treinado* para o sujeito *ingênuo* não seria um passo adiante do conhecimento psicológico na direção da objetividade e do controle, mas um passo atrás na possibilidade de recalitrância, engendrando articulações dóceis, assimétricas e limitadoras com relação a seus testemunhos: “Sujeitos sem a excelência da *expertise* não trazem risco de tomar posição nas investigações” (Despret, 2004, p. 97).

Virtudes epistêmicas e self científico

A história tanto das práticas como do termo “objetividade” corrobora a asserção acima. Apesar de amplamente usada como sinônimo de “quantificação” ou “impessoal”, a objetividade é um problema nada trivial, como indica a obra *Objectivity* (2007) dos historiadores da ciência Lorraine Daston e Peter Galison. A começar pelo termo, ou melhor, pela dupla sempre articulada de termos “objetividade-subjetividade”, com seu uso moderno ligado a práticas de laboratório. A despeito da impressão corriqueira de que objetividade, razão e experiência são traços deixados por uma mesma e única caminhada é apenas por volta de 1860 que o primeiro desses termos tem seu sentido atual moldado (Daston, 2017). Houve um primeiro nascimento desse par de termos na escolástica. Autores representativos do pensamento medieval como Guilherme de Ockam (1285-1348) e Duns Scotus (1266-1308), tratavam “subjetivo” como o tema exterior ao pensamento e “objetivo” como a ideia que ocupa o pensamento. Nota-se que o sentido é não somente distinto, mas oposto àquele com o qual, ao longo do tempo, viemos a nos acostumar: “subjetivo” designou primeiramente o que era exterior ao pensamento, enquanto o domínio objetivo seria localizado em nosso interior como ideia pensada. Essa primeira versão subsiste em alguns escritos ao longo dos séculos posteriores. No século xvii, em sua terceira meditação, Descartes fala de ideias que poderiam ser

diferenciadas pelos graus de realidade que contêm. O tema da gradação de realidade migra nesse mesmo século para a descrição de um aparelho óptico: o microscópio. Parte do aparato era denominada de “*objectif*”, ressoando o significado de travar contato com graus de realidade dos objetos opostos à realidade formal do pensamento abstrato e conceitual (Daston, 2017).

É pela via da filosofia kantiana que o termo nos chega, no qual reconhecemos, na maioria das vezes, um interior na existência humana repleto de pensamentos, percepções, sentimentos. Porém, a tendência do século XIX em aterrar evolutivamente a consciência e o conhecimento criará elos com a vida biológica através da noção de *vontade*, sendo a filosofia de Schopenhauer um dos exemplos mais claros desse modo de articulação (Crary, 2010). Em certas feitas, ligada a aspectos racionais - algo que confere direção e coesão - por outras, a aspectos irracionais do *self*-desejo sexual, impulsividade -, aquilo que diversos autores reconheciam como “vontade” ameaçava transbordar para o mundo exterior, dito objetivo, perturbando sua representação adequada. Porém, a dimensão filosófica, marcam Daston e Galison (2007), é somente um elemento na história do termo “objetividade”.

A História da Objetividade estende seu círculo a zonas afastadas do pensamento filosófico. Próximos ao campo dos estudos CTS, Daston e Galison (2007) fazem uma História na qual o grande personagem são as disputas e oscilações que ocorrem entre representações gráficas dos objetos científicos. De fato, podemos dizer que as representações gráficas dos objetos em compêndios destinados ao ensino e à canonização de um estudo são o personagem principal da invenção da objetividade. Examinando a construção de Atlas Científicos nas mais diversas disciplinas, desde o século XVII até o presente, constata-se que as imagens exibidas nesse vasto *corpus* de obras têm poderes de agência, modulando a atenção do iniciante e do *expert* em uma disciplina e especificando aspectos do mundo a serem observados.

Vislumbra-se o ponto em que a história da objetividade e os estudos CTS se entrecruzam no *princípio de simetria* frisado por autores como Bruno Latour. Conhecedor da obra de Daston e Galison, Latour afirmou ao prefaciar a tradução francesa da obra “*Objectivity*”:

[...] para fazer a História da Objetividade, os autores se esforçam por ligar a história das comunidades, a de instrumentos, técnicas de visualização, gravuras, mas também objetos muito mais difíceis de definir como atenção, ascetismo, uso da filosofia pelos cientistas, preferência por um outro tipo de design experimental. (Latour, 2012, p. 2)⁶

Trata-se, no dizer do autor das “aventuras” de uma “sub-objetividade” (*subobjectivités*), que, ao definir o que é o mundo objetivo, define, ao mesmo tempo, uma parte perigosa do *self* a ser evitada. Retomando o vocabulário da Teoria Ator-Rede: são necessários trabalhos de mediação para que uma imagem represente objetivamente as crateras da Lua, uma gota d’água caindo, embriões se desenvolvendo, faces de criminosos, assim como espécies, botânicas ou zoológicas. Para que a objetividade seja alcançada, não basta que imagens sejam produzidas tecnicamente e inscritas em Atlas de disciplinas específicas. A “subobjetividade” ganha consistência à medida em que valores morais, como a autenticidade, a honestidade, a diligência são distribuídos entre esforços humanos de abstenção da vontade e técnicas de produção de imagem.

Pontuar a modificação kantiana da oposição entre objetividade e subjetividade apenas no vernáculo é apenas uma face da moeda da história proposta por Daston e Galison (2007). O campo de suas práticas também deve ser trazido à cena e delineado: pode-se observá-las, por exemplo, na separação mais rigorosa entre observação e experimento, na divisão do experimento entre o planejamento ativo e o registro passivo de dados, registro que demanda exercícios nos quais se modula o foco e a permanência da atenção. Isso se dá igualmente na divisão interna do “eu”, onde reverbera o constante policiamento do *self*, tratado agora como um inimigo a ser combatido. Se falar em objetividade traz imediatamente o tema da subjetividade é porque “ser objetivo” não é apenas ser imparcial, desprovido de valores, ou seja, excluir o *self*. Este tema abriga uma face positiva importante: a virtude duramente conquistada que permite aos experimentadores absterem-se de manipulações, interpretações ou idiosincrasias. Idealmente, deveriam se tornar pacientes com relação ao externo e diligentes consigo próprios. Assim, a “virtude

⁶ Esta e as demais traduções de textos cujas referências não estão em português são de responsabilidade dos autores.

epistêmica da objetividade” (Daston & Galison, 2007) é obtida por exercícios de autocontrole visando enfrentar a indiferença dos fatos inscritos em suportes materiais - assimetrias estéticas, particularidades constrangedoras, processos muito breves ou demasiado velozes.

Em última instância, o próprio sujeito conhecedor é observado à distância quando a psicofisiologia e a psicologia experimental fazem da própria visão e do pensamento um campo problemático, opaco e determinado materialmente. Assim, se configura um *cogito* anti-cartesiano próprio às ciências humanas, enraizado na vida, cultura e linguagem (Daston & Galison, 2007; Cray, 2010; Foucault, 2002). A introspecção praticada em laboratórios psicológicos como os de Wundt e Titchener tem como condição de possibilidade o recém inventado mundo objetivo, resistente à perspectiva finita e momentânea de um observador humano (Hagner, 2003). Quanto mais a psicofisiologia e psicologia demonstraram os efeitos da fadiga e do funcionamento do sistema nervoso sobre a produção de imagens, mais os cientistas naturais tornaram-se prudentes e detalhistas em suas descrições e explicações. Em contrapartida, dentro dos laboratórios de psicologia, a preocupação em normatizar instrumentos, acoplando a sensibilidade do experimentando com instrumentos (e instruções), é complementar ao treinamento de atividades tão delicadas, como a descrição e profunda imersão na experiência imediata (Schmidgen, 2003).

O exame histórico, a longo prazo, da constituição histórica da objetividade convoca o exame situacional das práticas de constituição do *self* - as formas de ascese, ou de trabalho sobre si, que permitem uma “visão de lugar nenhum”. A investigação aqui proposta seguirá abordando esses objetos difíceis da história da objetividade: a efetuação de um *self* científico, através de exercícios de modulação da atenção e da conduta. O efeito da objetividade é um *self* que tem sua coesão obtida numa batalha contra aquilo que, paradoxalmente, define esse mesmo self no século XIX: a vontade, ao invés de sínteses mnemônicas como nos séculos XVII e XVIII (Daston & Galison, 2007). A espécie de *self científico* produzida pelos valores da Objetividade aos poucos se interioriza pelo controle da observação e registro dos fenômenos naturais e, sobretudo, da própria percepção, memória e julgamento nos primeiros laboratórios

de psicologia. Em outros termos, a objetividade buscada pelos laboratórios modernos engendra e é engendrada pelo que Foucault chamou ao final de sua obra de “técnicas de si”.

As técnicas de si foucaultianas⁷

Outro conjunto de ferramentas conceituais que nos será útil para especificar o *self* científico e as práticas psicológicas laboratoriais do início do século xx provém da “Genealogia da Ética” desenvolvida por Foucault em seus últimos trabalhos na década de 1980, cujos principais conceitos são os de *Técnicas de Si* e *Espiritualidade*. Basicamente, esses conceitos buscam examinar o modo como nos constituímos enquanto sujeitos éticos, por meio de técnicas ascéticas exercidas sobre nós mesmos. O estudo destas práticas históricas e contingentes de subjetivação, portanto, nada teria a ver com a questão gnosiológica do sujeito como fundamento universal do conhecimento, tal como se apresenta nas filosofias ocidentais moderna e contemporânea. De modo distinto, a sua perspectiva é mostrar como estas técnicas ascéticas, em determinados períodos históricos, legitimavam a possibilidade do discurso verdadeiro, algo perdido em boa parte da nossa modernidade.

Se a pesquisa destes modos de subjetivação deve ser distinta das abordagens epistemologizantes, o aspecto ético tem que ser separado do recenseamento de atos e códigos *morais*. Esses códigos ou voltam-se sobre os atos que são permitidos e proibidos, ou operam determinando o valor de uma conduta possível. De caráter meramente proibitivo ou prescritivo, conforme Foucault (1995a, p. 265; 1984, p. 131), teriam permanecido quase os mesmos desde a Antiguidade, regulando temas como a frequência sexual, as relações extraconjugais e o sexo com os jovens. A ética, ao contrário, diz respeito a um tipo especial de relação intencional estabelecida consigo mesmo, buscando constituir um determinado modo de excelência moral (conferir Foucault, 1995, p. 254; pp. 262-263).

Enquanto modo de relação consigo, as formas éticas ou as *técnicas de si*, seriam compostas de quatro elementos:

⁷ Uma apresentação mais completa do argumento pode ser encontrada em Ferreira (2005).

- I. A *substância ética* refere-se ao aspecto do comportamento que se encontra ligado à conduta moral: pode ser a *aphrodisia* (ou apetites) grega, a carne ou desejo dos primeiros cristãos ou a sexualidade moderna, dentre outros;
- II. Os *modos de sujeição* dizem respeito às formas pelas quais as pessoas são chamadas a reconhecer ou justificar suas obrigações morais: pode ser uma lei natural, uma regra racional ou a ordem cosmológica, etc.;
- III. A *askesis* ou as *práticas de si* são os meios ou técnicas utilizados para nos transformarmos em sujeitos, como a confissão cristã ou os exercícios ascéticos estóicos;
- IV. A *teleologia* diria respeito ao que visamos nos transformar no contato com uma determinada forma moral: o sujeito político ativo nas cidades-estado gregas ou o sujeito purificado no ascetismo cristão.

Ainda dentro da apresentação das técnicas de si, é crucial para nossa pesquisa destacar a distinção entre *filosofia* e *espiritualidade*, como proposto na primeira aula do curso no *Collège de France, A Hermenêutica do Sujeito* (Foucault, 1996b, pp. 38-42). Tal distinção refere-se basicamente às necessidades de transformação ética (ou não) do sujeito no processo de acesso à verdade. Em outras palavras: as técnicas de si são necessárias ou não para modos de conhecimento verdadeiro? A partir desta disjuntiva, Foucault define *filosofia* como o conjunto de operações ou mediações necessárias para ascender a um conhecimento verdadeiro sem necessidade de transformações de si. Assim, “a filosofia é uma forma de pensamento que tenta determinar as condições e os limites de acesso do sujeito para a verdade” (Foucault, 1996b, p. 39).

Em oposição, a *espiritualidade* representaria todas as transformações que o pensador realiza sobre si e que são necessárias para que ele se acerque da verdade:

“Denominaremos, portanto, a espiritualidade para todas essas pesquisas, práticas e experiências, tais como as purificações, as ascetes, renúncias, as conversões de olhar, as modificações de existência, que constituem, não para o conhecimento, mas para o ser mesmo do sujeito, o preço a pagar para ter acesso à verdade” (Foucault, 1996b, p. 39).

A *espiritualidade* seria marcada, em seguida, por três características:

- I. A verdade só é acessível a partir de um processo de conversão do sujeito;
- II. Essa conversão envolve uma série de transformações mediante um trabalho de ascese;
- III. Esse movimento produz um retorno da verdade sobre o sujeito: ela o ilumina.

De acordo com Foucault, durante toda a Antiguidade (com exceção de pensadores como Aristóteles), filosofia e espiritualidade pertenciam ao mesmo registro: perguntar pela verdade era o mesmo que perguntar pelas transformações no sujeito, visando alcançar o conhecimento. A mudança decisiva ocorreria na Idade Moderna, quando as operações filosóficas de alcance da verdade não se estabeleceriam mais relacionadas à espiritualidade: “A partir deste momento preciso, podemos dizer que o sujeito é de tal natureza que é capaz de atingir a verdade, sempre e quando ocorram aquelas condições intrínsecas ao conhecimento e extrínsecas ao indivíduo que o permitam” (*ibid.*, p. 41). Ao longo do curso, Foucault oscila quanto à atribuição do quadro inicial dessa separação (às vezes a partir de Descartes, outras a partir do cartesianismo ou mesmo do tomismo), mas, de todo modo, afirma que essa postura da filosofia marcaria o pensamento atual. No entanto, considera que seria possível observar o ressurgimento da espiritualidade em pensadores como Spinoza, Kant, Hegel, Schopenhauer e Nietzsche (*ibid.*, p. 41), ou ainda no marxismo e na psicanálise (*ibid.*, p. 42).

A partir desses balizamentos conceituais das técnicas de si, seria possível encontrar em Foucault (1995) uma hipótese mais ou menos explicitada sobre a gênese dos saberes e práticas psi: estas seriam, em boa parte, tributárias de uma forma de subjetivação cristã, a hermenêutica de si, que seria tema de um texto não publicado em vida pelo autor: *As Confissões da Carne* (Foucault, 2020). A proximidade com nossa atual subjetivação psicologizada se daria na manutenção de alguns aspectos das técnicas de si próprias dos primeiros cristãos: notadamente, da substância ética (o desejo), e de um modo de sujeição (a hermenêutica, visando o constante exame e confissão dos pensamentos

mais ocultos). As diferenças com nossas práticas atuais podem ser vistas na teleologia (a purificação, bastante distante de qualquer busca contemporânea de autenticidade) e na mortificação do eu diante de Deus, como prática recorrente dos primeiros cristãos⁸.

Contudo, é interessante sugerir uma inversão da questão proposta por Foucault: se as técnicas hermenêuticas, que emergem do cristianismo primeiro, colocam-se como condição de possibilidade dos próprios saberes e práticas psi, não poderiam os próprios saberes e práticas psi gerar técnicas de si específicas? Danziger (1997, pp. 152-153) considera que modos psicoterapêuticos e experimentos psicológicos seriam fontes privilegiadas para este tipo de estudos, ao trabalhar um certo tipo de produção de subjetividade. De forma mais específica, podemos encontrar algumas pistas privilegiadas em relação a essas técnicas de si quando observamos alguns modos de práticas laboratoriais, especialmente as técnicas psicológicas introspectivas e suas formas de treinamento utilizadas nos laboratórios de psicologia do final do século XIX e início do século XX. Mais especificamente, podemos nos perguntar: Que práticas foram essas? Que relação essas práticas estabeleciam com os procedimentos de verificação da psicologia da época: seriam a aplicação de um método universal independente de práticas de ascese? Ou haveria uma forma de relação consigo nas quais as transformações ascéticas autorizariam um dizer verdadeiro, produzindo um legítimo *self* científico? Neste caso, que substância, exercícios, modos de sujeição e teleologias poderiam ser destacados? Em outras palavras, podemos perguntar se as técnicas introspectivas e seu treinamento nos laboratórios de psicologia do século XIX e XX caracterizavam uma forma de espiritualidade, com mudanças nos modos existenciais dos sujeitos, ou seriam métodos gerais de acesso à verdade dos fatos psicológicos, produzindo um sujeito de conhecimento específico. E, caso muitas destas perguntas possam ter resposta positiva, seria possível estabelecer, a partir desta descrição, o entendimento de um *self* científico específico?

⁸ “Ao longo de todo o cristianismo existe uma correlação entre a revelação do eu, dramática ou verbalmente, e a renúncia ao eu. Ao estudar estas duas técnicas, minha hipótese é de que a segunda, a verbalização, se torna mais importante. Desde o século XVIII até o presente, as técnicas de verbalização têm sido reinseridas em um contexto diferente pelas chamadas ciências humanas para serem utilizadas sem que haja renúncia ao eu, mas para construir positivamente um novo eu” (Foucault, 1996a, p. 94).

Titchener: entre regras e exercícios para a introspecção⁹

Para responder a tais perguntas acerca da introspecção experimental, investigaremos os escritos do psicólogo inglês Edward Bradford Titchener (1867-1927) por esse ter sido um dos autores que mais descreveu e defendeu o uso do método da introspecção experimental na Psicologia do final do século XIX e início do século XX. De fato, esse autor discorre em diversos momentos sobre o papel do método da introspecção como método experimental confiável, atribuindo-lhe o meio mais importante de produção do conhecimento psicológico científico (Titchener, 1912a). A marca da introspecção experimental seria, além do instrumental dos laboratórios de fisiologia, o recurso a uma série de controles que envolveriam um longo processo de treinamento e o contorno do erro do estímulo, dado na confusão entre o relato da experiência e uma série de categorias dadas pela linguagem cotidiana. Para o autor, a introspecção seria o principal instrumento de investigação da psicologia experimental, permitindo à psicologia realizar o mesmo que as outras ciências naturais executariam: a observação e a experimentação (Titchener, 1912b).

Tomaremos as pistas da vinculação da introspecção e de seu treinamento com as técnicas de si por meio de três fontes principais: a) os exercícios dos manuais; b) as atitudes da introspecção; c) as definições canônicas desta prática em alguns artigos para especialistas. Este exame nos permitirá examinar o que poderiam ser estas técnicas vinculadas à formação do *self* científico, dando base para um novo modo de estudo dos laboratórios de psicologia.

Sobre o primeiro aspecto, Titchener (1903) aponta que a instrução da psicologia estaria caminhando passo a passo para as práticas em laboratório, distanciando-se cada vez mais das salas de leitura. É neste contexto de transformação da formação do estudante em psicologia que devemos considerar as descrições da introspecção experimental proporcionadas por Titchener, especificamente em sua obra *Experimental Psychology: A manual of Laboratory Practice* (com 4 tomos), escritos de 1901 a 1905 e apelidada de *Os Manuais*. Estes são divididos em dois volumes, cada qual separado em duas partes, com textos à parte para alunos e instrutores, constituindo

⁹ O argumento expandido desta seção encontra-se em Ferreira (2015).

um conjunto total de 4 livros: Volume 1 (parte 1 e parte 2) referentes a “experimentos qualitativos” e o Volume 2 (parte 1 e parte 2) referentes a “experimentos quantitativos”. A relevância dessa obra se deve ao seu propósito: a organização dos textos que servissem de orientação aos alunos em relação aos procedimentos básicos de laboratório, com uma finalidade clara de formação do psicólogo experimental, incluindo a familiarização com o método introspectivo. Além disso, *Os Manuais* serviam ao propósito de padronizar o treinamento de laboratório para o curso, além de explicar como o instrutor deve proceder na orientação aos alunos naquele espaço. Devido a sua utilização no primeiro ano de formação do aluno de psicologia, *Os Manuais* se apresentavam de forma didática, tanto em seu conteúdo quanto no desenvolvimento dos exercícios experimentais.

Curiosamente, apesar de se referir ao experimento psicológico como “uma introspecção ou uma série de introspecções feitas sob determinadas condições [experimentais]” (Titchener, 1901, p. XIII) e descrever as condições de cada exercício experimental a ser realizado, Titchener não destaca explicitamente como o treinamento introspectivo ocorre na prática, subentendendo-se que este ocorreria na própria prática dos exercícios propostos. De fato, *Os Manuais* indicam modos específicos de conduzir os experimentos de tal forma que os sujeitos (alunos em formação) aprendam o processo de introspecção seguindo as instruções dadas em cada experimento.

Os Manuais se iniciam (Titchener, 1901) com uma colocação em cena das sensações e a justificativa de sua investigação pela psicologia. Como explica o autor, o experimento psicológico é uma “dissecação da consciência, uma análise minuciosa de uma parte do mecanismo mental” (*ibid.*, p. 1). Isso significa, em última instância, reduzir os processos conscientes a uma mesma classe ou tipo geral de processos simples: as “sensações”. A sensação, assim seria:

“a unidade estrutural ou o elemento estrutural dessa consciência, assim como a célula (tal como o anatomista e o fisiologista nos diz) é a estrutura elementar de nosso tecido corporal. Se desejamos entender a constituição da mente, devemos conhecer tudo sobre essas sensações” (Titchener, 1901, pp. 1-2).

Esta atenção às sensações aponta para o método da introspecção experimental e o cuidado com o erro do estímulo. Essa apresentação se faz

necessária para justificar a série de experimentos em sequência. As seções seguintes d’*Os Manuais* são divididas de acordo com as sensações: visuais (capítulo 1), auditivas (capítulo 2), cutâneas (capítulo 3), gustativas (capítulo 4), olfatórias (capítulo 5) e orgânicas (capítulo 6).

Em cada parte, são apresentados experimentos que introduzem ao aluno o conteúdo referente a cada uma das modalidades sensoriais discutidas. Por exemplo, no capítulo II, Titchener apresenta as duas classes de sensações auditivas: tons simples e ruídos simples, explicando na sequência as diferenças e características de cada uma. Em seguida, propõe “exercícios preliminares” com o propósito de esclarecer a relação entre o “estímulo tonal” e o “estímulo ruidoso” e explicitar a diferença introspectiva das duas classes de sensação (*ibid.*, p. 33). Para isso, sugere o uso de todas as fontes de sons musicais existentes no laboratório de psicologia: o piano, os *Tubos de Quincke*, os diapasões; ao mesmo tempo, sugere a produção do maior número de diferentes ruídos possíveis: batidas, palmas, tilintares, estalidos em diferentes objetos. Por fim, solicita ao aluno um relato introspectivo cuidadoso dos tons e ruídos e lança uma série de perguntas que devem ser respondidas: “Existe alguma característica constante nos tons, que os ruídos não possuem e *vice-versa*? Existem atributos comuns? Os ruídos, por exemplo, mostram diferenças qualitativas, diferenças de altura semelhantes aos tons? Faça sua descrição a mais completa possível” (*ibid.*, p. 34).

Ao mesmo tempo, na parte dedicada ao instrutor, Titchener explica que a caracterização introspectiva nesses “exercícios preliminares” é extremamente difícil, e que, conseqüentemente, deve esperar do aluno um relato figurativo: “Ele pode dizer que o tom é imperturbável, uniforme, limpo, suave, repousante, manso, sugestivo de continuação constante, enquanto o ruído é abrupto, áspero, duro, alarmante, insatisfatório” (*ibid.*, p. 53). E ressalta que um exercício do gênero deve ser conduzido de forma metódica e sistemática: ruídos e sons possuem, de forma semelhante, três atributos ou propriedades: duração, intensidade e qualidade. Dessa forma, o instrutor deve orientar o aluno inicialmente a partir de questões formuladas quanto aos atributos relativos (os tons e os ruídos evidenciam uma diferença constante de duração? Eles evidenciam diferenças de intensidade?). Uma vez respondidas estas

questões, o instrutor seguiria então para os atributos absolutos (existem diferenças qualitativas em outras modalidades sensoriais, análogas às diferenças entre ruído e tons?) (*ibid.*, p. 53).

Esse caso é interessante, pois mostra que, nesses e em outros exercícios propostos, existe uma clara descrição das tarefas, das etapas a serem seguidas e do material utilizado, mas não explicitamente da parte envolvida na introspecção. É na sequência de exercícios, no desenvolvimento do curso acompanhado pelos *Manuais* e da realização dos experimentos propostos nestes que o aluno terá sido treinado na introspecção experimental. Provavelmente, a introspecção seria a assimilação, após longo treinamento, de categorias corretas na descrição da experiência vivida, sem a utilização dos termos da linguagem corrente.

No tocante ao segundo aspecto, pistas consistentes podem ser buscadas nos *Elementos de Psicologia*, um livro didático introdutório ao curso homônimo escrito para os alunos, com alguns exercícios práticos, publicado originalmente em 1903. Aqui, além dos exercícios, Titchener (1913, pp. 39-40) destaca a existência de regras gerais e especiais para a introspecção. As últimas dizem respeito ao processo de “normatizar e regular o estimulante e diferem nas diversas pesquisas” (*ibid.*, 39). As regras especiais seriam oriundas da observação de detalhes singulares a uma ordem sensorial específica (como a relação entre condições de umidade e os experimentos de olfação). Mais especificamente, referem-se à regulamentação sobre as condições experimentais, tal como pode ser visto também n’*Os Manuais*. Por sua vez, as regras gerais “referem-se à disposição do espírito e devem ser observadas em todas as pesquisas de modo semelhante” (*ibid.*, p. 39). Contudo, as regras gerais são as que mais nos interessam na pesquisa de uma possível espiritualidade. De maneira mais específica, estas viriam a se compartilhar em alguns princípios:

- a) Ser imparcial, “não formar uma ideia preconcebida do que tenha encontrado no experimento; não crer encontrar ou esperar encontrar este ou aquele processo. Tome a consciência como seja” (*ibid.*, p. 40);
- b) Estar atento: “não faça conjecturas sobre o que você está fazendo, em termos de valor ou inutilidade, durante a experiência. Tome a experiência seriamente” (*ibid.*, p. 40);

- c) Estar cômodo: “não começais a introspeccionar até que todas as condições sejam satisfatórias, não trabalhaiis se sentires nervoso ou irritado... Tome a experiência agradavelmente” (*ibid.*, p. 40);
- d) Estar perfeitamente repousado: “deixe de trabalhar no momento em que você se sinta cansado ou exausto. Tome a experiência vigorosamente” (*ibid.*, p. 40).

Em suma: “viva imparcial, atenta, cômoda e descansadamente a parte de sua vida mental que queira entender. Assim que esta passe, recorde-a e descreva-a” (*ibid.*, p. 40).

Por fim, vale ressaltar que, apesar de ser alvo de discussões realizadas por Titchener, a introspecção pouco é descrita em seu processo de treinamento nos textos didáticos. Vale ressaltar, chegando ao terceiro aspecto, que este quadro não se altera mesmo em artigos escritos em revistas para especialistas, como *Prolegomena to a study of introspection* e *The schema of introspection*, para citar alguns (Titchener, 1912a, 1912b). Nesses, de modo especial, a introspecção é definida de forma negativa, como uma prática que se coloca na contramão do erro do estímulo, que seria a tendência a dar o entendimento de um estímulo por seus significados correntes práticos. Considerada como atividade chave e definidora de uma psicologia científica, ela seria diferenciada de práticas de descrição da experiência como a fenomenológica. Alguns autores como Henle (2001) destacam a importância de acompanhar os desdobramentos dos trabalhos de Titchener pelos seus orientandos. Isto indica a necessidade de mais pesquisas em textos de Titchener e de seus seguidores sob os mais diversos temas.

Uma espiritualidade?

Estas indicações trazidas até aqui, encontradas em textos de diversas finalidades (manuais para estudantes, artigos para especialistas e livros de exposição) por parte de Titchener, e em distintos campos (fisiologia e psicologia), ajudam a avançar nas questões propostas neste artigo. Mesmo que não encontremos ainda uma descrição detalhada do treinamento e preparação para o uso

do método, as descrições dos exercícios, as atitudes e as características gerais da introspecção sugeridas por Titchener ajudam a demarcar algo de espiritualidade ou transformação do sujeito que habilitariam o próprio uso do método. Trata-se de uma mudança na atitude da percepção comum, auxiliada por uma constante carga de exercícios, além do cumprimento de algumas regras. Esse trabalho regulado por técnicas de treinamento que tocaria a própria experiência do sujeito seria, então, condição necessária para a obtenção do conhecimento psicológico verdadeiro. Ainda que em um momento de delimitação de pesquisa, seria possível estabelecer um esboço hipotético quanto a algumas coordenadas sobre esta possível técnica de si, base do *self científico* titchenereano:

- 1) A *substância* seria os próprios modos regulamentados de exame de si e da tessitura da consciência, especialmente vinculados aos experimentos com a experiência dependente (do sistema nervoso, conforme conceito de Titchener, 1913);
- 2) Os *exercícios* seriam os descritos como práticas nos manuais (apesar do pouco detalhamento do lugar específico da introspecção), mas o recurso à atenção, comodidade e repouso, como sugeridos por Titchener (1913), já pode refinar algo dos modos introspeccionistas praticados nesses laboratórios;
- 3) Os *modos de regulação (ou sujeição)* apontariam para modos gerais e específicos de produzir ciência. Então, essas práticas de si seriam reguladas em nome de uma forma de fazer ciência, expressa no princípio da imparcialidade de Titchener (1913), ou o seu entendimento singular de objetividade (Bordogna, 2005);
- 4) A *teleologia* seria a constituição de uma ferramenta de pesquisa imparcial (no sentido titcheneriano). Contudo, mais do que uma simples calibração de um instrumento de observação, podemos dizer que a finalidade de todo o processo de treinamento é o estabelecimento de um observador *expert*, que tenha plena maestria na observação dos próprios processos conscientes.

Este esboço esquemático para descrever a preponderância das técnicas de si na constituição de uma espiritualidade no trabalho de pesquisa de Titchener permite, ao mesmo tempo, traçar as linhas gerais com que este demarca um determinado *self* científico em seu estilo de pesquisa (uma boa fonte para o estudo da personalidade científica de Titchener é Bordogna, 2005). É neste sentido que buscamos contribuir para o estudo dos laboratórios científicos em psicologia. De modo sutilmente diferente das discussões da EP sobre as figuras dos investigados (ingênuo ou *expert*), aqui gostaríamos de compreender a constituição do próprio pesquisador.

Conclusão

A conclusão deste trabalho busca, não apenas, mostrar a possibilidade de encontrarmos práticas de si que venham a constituir os próprios modos de objetividade nos trabalhos de Titchener, como também considerar essas próprias práticas como modos muito singulares de constituição de um *self* ou de uma subjetividade científica específica. No primeiro caso, é necessário seguirmos caminhos que não apenas possam mostrar o que são as práticas de introspecção e seus modos de treinamento entre Titchener e seus seguidores, como também permitem buscar formas muito específicas de entendimento do que esse autor entende por *objetividade* e *ethos científico*. Nesse aspecto, uma boa fonte de estudos pode ser encontrada em comentadoras mais recentes da obra deste psicólogo inglês: Lanzoni (2012) e Bordogna (2005).

No segundo caso, é importante entender que as práticas de si talvez sejam mais diversas do que Foucault inicialmente presumia. Mesmo que seja claro o entendimento de que as técnicas de si estudadas por esse autor vão até os primeiros séculos das experiências monásticas (Foucault, 2020), existem algumas indicações do que seriam as técnicas de si modernas (Foucault, 1995). Outro entendimento importante é o de que o que é definido como *espiritualidade*, pode ser mais presente do que se imagina nas formas positivas de produção de conhecimento, enquanto formas ativas de treinamento e exercícios ascéticos para alcance de um determinado *self científico*, presentes nas mais diversas ciências e técnicas.

A marca foucaultiana seguiria em outros termos não apenas das *técnicas de si* e no entendimento de como nos constituímos como seres éticos, mas também como nos constituímos de diversos modos como sujeitos de conhecimento. E, aqui, é fundamental uma referência à obra “As palavras e as coisas” (Foucault, 2002): a vontade de saber nem sempre joga com as mesmas regras ao longo dos tempos. Daston e Galison (2007) traduzem a discussão feita por Foucault quanto às epistemes em modos de *virtudes epistêmicas* e *selves científicos*.

Sobre os trabalhos de Titchener, resta-nos perguntar: a que virtude epistêmica pertenceria seus estudos introspectivos? Green (2010) apostou na possibilidade de uma objetividade mecânica, pareando as formas introspectivas à busca de técnica sem intervenção, como a fotografia. No entanto, o avanço na pesquisa em relação aos textos titchenereanos, de seus seguidores e comentadores, mostra a adesão a uma virtude epistêmica difícil de classificar nos termos de Daston e Galison (2007). Talvez valha a pena esboçar uma nova cartografia das virtudes epistêmicas e dos *selves científicos* a fim de abordar essa singular forma de produção laboratorial de conhecimentos, mundos e formas de subjetivação.

Referências bibliográficas

- Bloor, D. (1976). *Knowledge and social imagery*. Chicago, Illinois: University of Chicago Press.
- Bordogna, F. (2005). Scientific personae in American psychology: three case studies. *Studies in History and Philosophy of Biological and Biomedical Sciences*, 36, p. 95–134.
- Boring, E. G. (1929). *A history of experimental psychology*. New York: Century.
- Crary, J. (2010). *Técnicas do observador: visão e modernidade no século XIX*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Danziger, K. (1997). The historical formation of Selves. Em: Ashmore, R. D. & Jussim, L. (Eds.) *Self and Identity*. Nova York. Oxford University Press, p. 137-159.
- Danziger, K. (2001). The unknown Wundt: Drive, apperception and volition. Em: Rieber, R. W. & Robinson, D. (Eds.). Em *Wilhelm Wundt in history*. Nova York: Plenum Press, p. 95-120.

- Daston, L. (2017). Objetividade e a fuga da perspectiva. Em: Daston, L. *Historicidade e objetividade*. Almeida, T. S. (Org.). Alves, D. M. & Iegelski, F. (Trads.). São Paulo: Liber Ars, p. 15-36.
- Daston, L. & Galison, P. (2007). *Objectivity*. Nova York: Zone Books.
- Despret, V. (1999). *Ces émotions que nous fabriquent*: Etnopsychologie de l'authenticité. Le Plessis-Robinson: Synthélabo.
- Despret, V. (2004). *Le cheval qui savait compter*. Paris: Les Empecheurs de Penser en Ronde.
- Despret, V. (2011). Dôssie Despret. *Fractal: Revista de Psicologia*, 23, 5-82.
- Ferreira, A. (2005). Verdade e desejo: a hermenêutica confessional como condição de surgimento dos saberes psi. *Memorandum* 8, 130-140.
- Ferreira, A. (2015). Técnicas del yo y la introspección experimental: un posible campo de estudios historiográficos. *Revista de Historia de la Psicología*, 36, 91 – 112.
- Ferreira, A. & Castro, F. (2016). Técnicas de si e a introspeção experimental: uma possível linha de estudos historiográficos. *Mnemosine*, 12, 93 – 115.
- Foucault, M. (1984). O retorno da moral / entrevista com Gilles Barbedette e André Scala. Em: Escobar, C. H. (Org.). *Michel Foucault - Dossier*. Rio de Janeiro: Taurus.
- Foucault, M. (1995). Sobre a genealogia da ética: uma revisão do trabalho. Em: Dreyfus, H. & Rabinow, P. (Orgs.). *Michel Foucault: Uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (1996a). Tecnologias del yo. Em: Morey, M. (Org). *Tecnologías del yo*. Barcelona: Paidós/ICE – UAB.
- Foucault, M. (1996b). *Hermenêutica del sujeto*. La Plata: Altamira. (curso de 1981-1982 no Collège de France).
- Foucault, M. (2002). *As palavras e as coisas*. Muchail, S. T. (Trad.). São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2020). *História da Sexualidade, Vol.4: As confissões da carne*. Rodrigues, H. C. B.; Portocarrero, V. (Trads.). São Paulo: Paz e Terra.
- Green, C. D. (2010). Scientific objectivity and E. B. Titchener's experimental psychology. *Isis*, 101, p. 697–721.
- Hagner, M. (2013) Toward a history of attention in culture and science. *MLN*, 118, p. 670-687.

- Henle, M. (1974) E. B. Titchener and the case of the missing element. *Journal of History of Behavioral Sciences*, 10, p. 227-237.
- Knorr-Cetina, K. (1981). *The manufacture of knowledge: An essay on the constructivist and contextual nature of science*. Oxford.
- Latour, B. (1987). *Science in action: How to follow scientists and engineers through society*. Cambridge: Harvard University Press.
- Latour, B. (2004). How to talk about the body? The normative dimension of science studies. *Body & Society*, 10, p. 205–229.
- Latour, B. (2005). *Reassembling the social: An introduction to Actor-Network Theory*. Oxford: Oxford University Press.
- Latour, B. (2012). Préface à Objectivité. Em: Daston, L. & Galison, P. *Objectivité*. Renaut, S. & Quiniou, H. (Trads.). Dijon: Les Presses du Réel, p. 1-6.
- Latour, B. (2015). Faturas/Fraturas: da noção de rede à noção de vínculo. *Ilha Revista de Antropologia*, 17, p. 123-146.
- Latour, B. & Woolgar, S. (1979). *Laboratory life: The social construction of scientific facts*. Beverly Hills, California, and London: Sage Publications.
- Law, John. (2004). *After Method*. New York: Routledge.
- Lynch, M. (1993). *Scientific practice and ordinary action: ethnomethodology and social studies of science*. Cambridge England New York: Cambridge University Press.
- Morey, M. (1996). Introducción. Em: Morey, M. (Org). *Tecnologías del yo*. Barcelona: Paidós/ICE – UAB.
- Schmidgen, H. (2003) Time and Noise: stable surrounds for the time reactions experiments, 1860-1890, In *Studies in History of philosophy and science*, 34, p. 237-235.
- Stengers, I. (1989). *Quem tem medo da ciência?* São Paulo: Siciliano.
- Stengers, I. (1992). *La volonté de faire science*. Les empêcheurs de penser en rond.
- Titchener, E. B. (1898). A Psychological Laboratory. *Mind*, 7, p. 311-331.
- Titchener, E. B. (1901-1905). *Experimental psychology: A manual of laboratory practice*. 2 vols. Nova York: The MacMillan Company.
- Titchener, E. B. (1903). Class experiments and demonstration apparatus. *The American Journal of Psychology*, 14, p. 175-191.

Titchener, E. B. (1913). *Elementos de psicología*. México: Librería de Ch. Bouret. Livro originalmente publicado em 1903.

Titchener, E. B. (1912a). Prolegomena to a study of introspection. *The American Journal of Psychology*, 23, p. 427-448.

Titchener, E. B. (1912b). The schema of introspection. *The American Journal of Psychology*, 23, p. 485-508.